

DECRETO Nº 9378, DE 12 DE MAIO DE 2011.

**HOMOLOGA O  
REGIMENTO INTERNO  
DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE GESTÃO  
E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**



O PREFEITO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 47, inciso VII, da **Lei Orgânica** do Município; e, considerando o disposto no art. 3º da Lei nº **5.550**, de 08 de julho de 2010, DECRETA:

**Art. 1º** Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, do Município de Itajaí, parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 12 de maio de 2011.

JANDIR BELLINI  
Prefeito de Itajaí

ROGÉRIO NASSIF RIBAS  
Procurador Geral do Município

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I  
DA NATUREZA E FINALIDADE

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, órgão colegiado de natureza deliberativa, integrante da estrutura da Secretaria De Urbanismo, será regido pelo presente Regimento Interno.

**Art. 2º** O Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de gestão e desenvolvimento territorial, bem como acompanhar e avaliar a sua execução conforme dispõe a Lei nº 10.257/2001, além de outras atribuições definidas em lei e neste Regimento Interno.

## Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 3º** Ao Conselho Municipal de Gestão Desenvolvimento Territorial compete:

- I - analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e outras regulamentações urbanísticas;
- II - analisar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial e da política urbana;
- III - acompanhar e avaliar a montagem e execução das operações urbanas, a aplicação dos instrumentos urbanísticos, os consórcios públicos e privados, os planos e projetos de intervenção urbana, em habitabilidade e infra-estrutura;
- IV - analisar as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto aos recursos consignados para execução das estratégias estabelecidas no Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial e propor mudanças para atender sua execução;
- V - acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução financeira e orçamentária municipal relacionada às estratégias e prioridades estabelecidas no Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial e na política urbana;
- VI - acompanhar os resultados do monitoramento da evolução urbana e avaliar os efeitos do Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial e da política urbana;
- VII - promover ajustes e mudanças nas estratégias e prioridades do Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial, projetos e programas da política urbana, segundo os resultados do controle, avaliação e acompanhamento;
- VIII - acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração das políticas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, ambiental e de saneamento e desenvolvimento urbano e rural;
- IX - convocar, organizar e coordenar conferências e assembleias territoriais;
- X - gerir recursos advindos dos instrumentos de política urbana e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- XI - acompanhar a aplicação das operações urbanas consorciadas;

XII - aprovar o seu Regimento Interno e propor, sempre que necessário, a sua alteração;

XIII - pronunciar-se sobre consultas do Chefe do Executivo, bem como sobre as prioridades de projetos, estudos, obras ou pesquisas, segundo as necessidades do desenvolvimento integrado do Município;

XIV - sugerir estímulos para iniciativas de grande interesse e restrições àquelas atividades que conflitem com o desenvolvimento integrado do Município;

XV - apreciar estudos e projetos especiais e determinar parâmetros de ocupação específicos de uso e ocupação do solo, para atividades que representem contribuição ao desenvolvimento da cidade, sem prejuízo às diretrizes previstas no Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial;

XVI - propor normas, instrumentos e prioridades da política municipal de gestão e desenvolvimento territorial e das políticas setoriais em consonância com as deliberações emanadas das Conferências, Nacional, Estadual e Regional/Municipal das Cidades;

XVII - exarar resoluções contendo correta interpretação de casos omissos ou conflitantes da legislação urbanística;

XVIII - propor a edição de normas gerais urbanísticas e manifestar-se sobre a criação e ou alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano no município;

XIX - acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos programas do Governo Municipal;

XX - verificar a aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

XXI - promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano;

XXII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XXIII - praticar outros atos e atividades compatíveis com sua finalidade.

### Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial é composto por:

- I - Plenário;
- II - Presidente;
- III - Vice Presidente
- IV - Secretaria-Executiva.

SEÇÃO I  
DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL

**Art. 5º** O Secretário de Urbanismo presidirá o Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial e será substituído, em suas ausências pelo Vice Presidente.

**Art. 6º** Ao Presidente do Conselho compete:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II - ordenar o uso da palavra;
- III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- V - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e demais órgãos do Governo Municipal as informações e exposições de motivos sobre as matérias de competência do Conselho;
- VI - delegar competências ao Secretário Executivo do Conselho, quando necessário;
- VII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
- VIII - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- IX - homologar deliberações e atos do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial;
- X - assinar atas aprovadas nas reuniões do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial;

SEÇÃO II

## DO PLENÁRIO

### SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

**Art. 7º** O Plenário é o órgão superior de decisão do Conselho, composto pelos membros mencionados no art. 8º.

**Art. 8º** O Plenário do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial é composto por 25 (vinte e cinco) membros, incluindo o seu Presidente, que são representantes de órgãos e segmentos relacionados a área do desenvolvimento urbano, com direito à voz e voto, a saber:

- I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Habitação;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo;
- VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão;
- VII - 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- VIII - 01 (um) representante do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-Estrutura - SEMASA;
- IX - 01 (um) representante da Fundação Genésio Miranda Lins;
- X - 05 (cinco) representantes de associações de moradores e de bairros;
- XI - 02 (dois) representantes de entidades sindicais de trabalhadores;
- XII - 04 (quatro) representantes de entidades empresariais;
- XIII - 02 (dois) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas;
- XIV - 01 (um) representante de organização não governamental;
- XV - 01 (um) representante do Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Itajaí.

§ 1º Os órgãos e entidades que compõem o CMGDT deverão indicar um suplente para substituir os seus representantes titulares em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O regimento interno será aprovado pelo Conselho.

§ 3º Os representantes titulares e suplentes, de que trata o inciso I serão indicados pelo titular do órgão ou entidade;

§ 4º Os representantes titulares e suplentes, de que tratam os incisos II serão eleitos em processo decidido em cada segmento.

§ 5º Integrarão o Plenário do Conselho, como convidados, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, indicados por um dos conselheiros, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

§ 6º O Conselho deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu presidente o voto de qualidade no caso de empate.

§ 7º O mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente, pelo período de dois (02) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

§ 8º Após a nomeação dos membros do CMGDT, as substituições definitivas dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - a pedido do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CMGDT em 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas nesse Regimento, a ser apurada em regular processo administrativo, levado a apreciação do plenário para votação.

§ 9º A substituição dos conselheiros do CMGDT se dará pelo suplente indicado pela entidade, devendo a mesma indicar novo representante para ocupar a vaga de suplente no Conselho.

§ 10 Nos casos de substituição do conselheiro, o período do seu mandato será para completar o tempo restante aquele que foi substituído.

## SUBSEÇÃO II

## DO FUNCIONAMENTO

**Art. 9º** O Plenário do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo o cronograma aprovado pelos seus membros no início de cada exercício ou, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros, sendo exigida, nessa hipótese, a apresentação de justificativa por escrito ao presidente do Conselho.

§ 1º As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 24 h (vinte e quatro horas) de antecedência.

**Art. 10** Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano.

**Art. 11** Ao Plenário compete:

I - aprovar o cronograma de reuniões;

II - analisar e aprovar as matérias em pauta;

III - propor, analisar e aprovar o Regimento Interno do Conselho e suas futuras modificações;

IV - decidir sobre dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;

V - constituir grupos de trabalho quando julgar oportuno e conveniente e indicar os respectivos membros;

VI - solicitar estudos ou pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do Conselho;

VII - apreciar e deliberar acerca dos assuntos especificados neste Regimento Interno (art. 3º) ou em outro instrumento normativo pertinente não reservadas exclusivamente ao presidente ou a outro membro do conselho.

VIII - aprovar convidados, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário bem como outros técnicos para fazerem parte do Plenário sempre que julgarem necessário.

**Art. 12** As reuniões do Conselho terão sua pauta distribuída quando da convocação observados os seguintes tópicos:

- I - abertura e informes da presidência;
- II - aprovação da pauta;
- III - debate e votação da ata da reunião anterior;
- IV - apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta;
- V - apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião;
- VI - manifestações gerais; e
- VII - encerramento.

**Art. 13** As reuniões do Plenário devem ser registradas em ata, constando a relação de participantes e órgãos que foram representados, resumo de cada informe, relação dos temas abordados e deliberações tomadas a partir dos registros dos votos a favor, contra e abstenções.

### SUBSEÇÃO III DA VOTAÇÃO

**Art. 14** As reuniões do CMGDT serão iniciadas com a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 1º A primeira chamada para as reuniões se dará na hora marcada na convocação, sendo exigido a presença da maioria dos conselheiros para se dar início aos trabalhos.

§ 2º Quando a convocação apresentar na pauta assuntos declarados "urgentes", e caso não se consiga o número mínimo de membros expressos no § 1º, o presidente poderá realizar uma segunda chamada após 30 (trinta) minutos da anterior, e dar início aos trabalhos com um mínimo de 30% (trinta por cento) de presença.

**Art. 15** O presidente exercerá o voto de desempate.

**Art. 16** As deliberações, pareceres e recomendações do Conselho serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu Presidente.

### SEÇÃO III DA SECRETARIA-EXECUTIVA



**Art. 17** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial será ligada diretamente ao seu Presidente.

§ 1º A Secretaria Executiva do Conselho tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais do Conselho.

§ 2º Caberá à Secretaria de Urbanismo prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

§ 3º O Secretário Executivo do Conselho deverá ser indicado pelo Presidente, podendo tal encargo recair sobre conselheiro ou servidor do Poder Executivo Municipal.

**Art. 18** São atribuições da Secretaria Executiva do Conselho:

I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - acompanhar as reuniões do Plenário e redigir sua ata;

III - providenciar a remessa da cópia da ata a todos os componentes do Plenário;

IV - dar ampla publicidade a todos os atos deliberados no Conselho;

V - dar ampla publicidade aos documentos referentes aos assuntos que serão objeto de deliberação do Conselho;

VI - dar ampla publicidade a todos os atos de convocação das reuniões e demais atividades do Conselho;

VII - dar encaminhamento às conclusões do Plenário e acompanhar a implementação das deliberações de reuniões anteriores;

VIII - fornecer aos conselheiros, na forma de subsídios para o cumprimento de suas competências legais, informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade Civil;

IX - encaminhar ao Plenário, propostas de convênios e outros ajustes, visando à implementação das atribuições do Conselho;

X - atualizar, permanentemente, informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos das Cidades dos Municípios;

XI - despachar os processos e expedientes de rotina;

XII - acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções emanadas do Conselho e das respectivas informações atualizadas durante os informes.

**Art. 19** São atribuições do Secretário Executivo do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial:

I - coordenar os atos de gestão administrativa, necessários ao desempenho das atividades do Conselho;

II - participar da mesa, assessorando o Presidente nas reuniões plenárias;

III - despachar com o Presidente sobre os assuntos pertinentes ao Conselho;

IV - manter entendimentos com dirigentes dos demais órgãos do Governo do Estado, dos Poderes públicos Federais e Municipais e da Sociedade Civil no interesse dos assuntos afins;

V - submeter ao Presidente e ao Plenário relatório das atividades do Conselho do ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano;

VI - providenciar a publicação das Resoluções do Plenário;

VII - exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho como pelo Plenário.

#### Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 20** As funções dos membros do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial serão consideradas serviço de relevante interesse público.

**Art. 21** O Presidente do Conselho poderá requerer ao Chefe do Poder Executivo a colaboração técnica existente no serviço público ou a contratação de terceiros.

**Art. 22** O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando a subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado.

**Art. 23** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos mediante aplicação subsidiária da legislação Federal e Estadual pertinentes, bem como por deliberação do

plenário do Conselho.

**Art. 24** O presente Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.